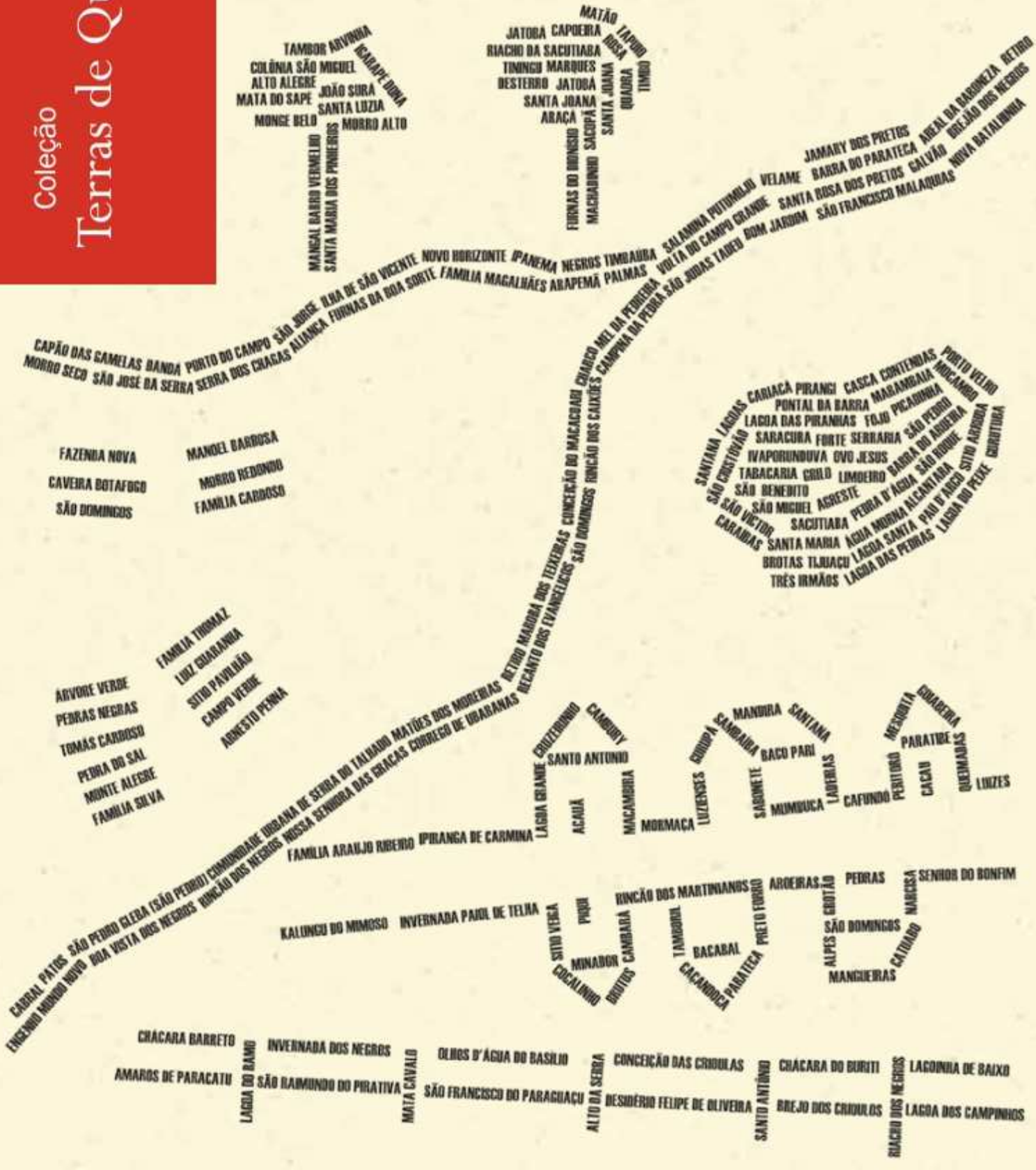
Coleção

Terras de Quilombos

Rio de Janeiro

Comunidade Quilombola

Sacopã



As terras de quilombos são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

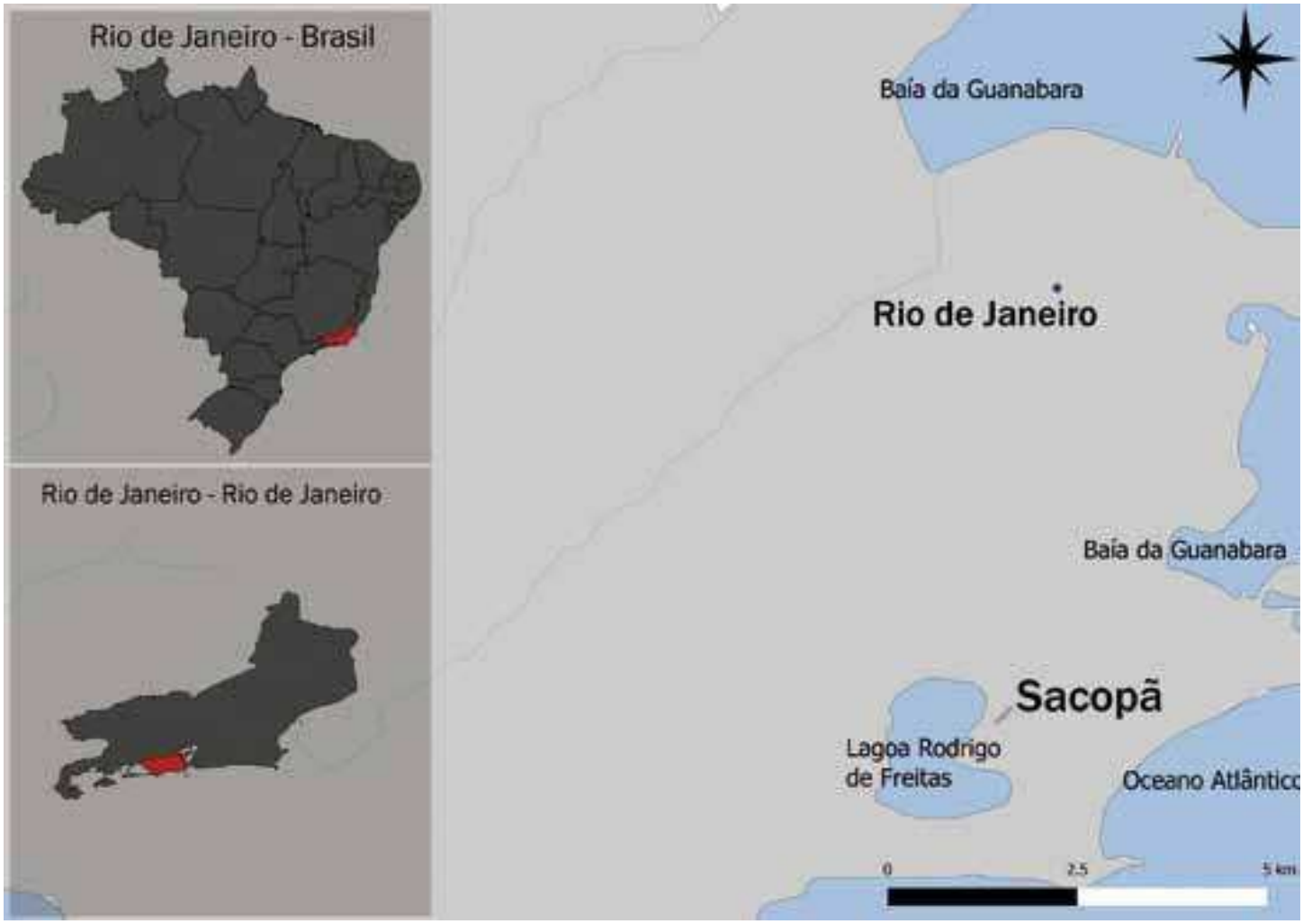
O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.

Comunidade Quilombola
Sacopã

A família Pinto, também conhecida como família Sacopã, habita há quase 90 anos o território hoje situado à Rua Sacopã, nº 250, bairro da Lagoa, zona sul do Rio de Janeiro - RJ. Em 2007, o grupo reunia aproximadamente 50 pessoas, das quais cerca de 20 residiam no local. Situado atualmente em um dos endereços mais valorizados do Rio de Janeiro, a história da família Pinto se entrelaça à história do bairro da Lagoa e é marcada por uma trajetória de resistência. O território familiar foi ocupado por Manoel Pinto Jr. em 1929, quando se mudou de Nova Friburgo para a capital a procura de trabalho. Manoel passou a trabalhar na região da Lagoa e participou inclusive



da construção da atual Rua Sacopã. Após ter estabelecido moradia no local, sua esposa Eva Manoela da Cruz se mudou com os filhos para o bairro em 1939.

Manoel Jr., Eva e seus sete filhos - Sebastião, Édimo, Maria Bernardina, Maria Laudelina (Tia Neném), João, Antônio e José Luiz (Luiz Sacopã) - participaram ativamente da história da Lagoa e são reconhecidos por vizinhos mais antigos como uma referência no local, tendo vivenciado as principais transformações ocorridas ali. De bairro operário para área residencial destinada às classes altas, a valorização dos terrenos da Lagoa e a especulação imobiliária intensificaram um processo de remoção de favelas e expulsão de famílias negras e de baixa renda. A família Pinto vem lutando ao longo de décadas pela permanência em seu território, resistindo com a força de sua tradição à especulação imobiliária.

A principal marca da família Pinto é a cozinha da Sacopã, pensão construída por Dona Eva para fornecimento de marmitas para operários que trabalhavam na abertura de ruas na Lagoa. Inicialmente sob o comando da fundadora, posteriormente de sua filha Tia Neném e atualmente de Tina, esposa de Luiz Sacopã, a cozinha é "de toda a família", seu caráter comunitário estende-se por gerações e é considerada uma importante referência para os Pinto.

> Neném morreu tem um ano, fez agora em março. A gente era muito ligada, porque era ela que cozinhava, depois passou a pensão para mim. Ela falou "não para a cozinha, eu te ajudo". Ela dizia "a cozinha é a referência da Sacopã!". Aí ela vinha para a cozinha, descascava um legume, ajudava, me incentiva para eu não parar (Albertina [Tina]).

Tina, Ana, Hugo, Thiago e Luiz Carlos (Carlinhos) na cozinha da Sacopã.
Fonte: Relatório Antropológico Sacopã.

Família e trabalho estão emaranhados para o grupo. Praticamente todos os membros participam das atividades desenvolvidas na cozinha, principalmente aqueles que residem em Sacopã. Espaço de reunião para as refeições familiares, a cozinha é também lugar de trabalho e sociabilidade, onde encontros informais muitas vezes se transformam em um almoço ou café da manhã mais farto.

> Quando tem uns feriados, festas, os familiares sempre se reúnem aqui. É o próprio pessoal daqui. [...]. Ninguém programa nada, mas aí vem todo mundo. Trazem as comidas para cá e almoça junto. Compram uma cerveja. Domingo, ninguém come nas suas casas. Come todo mundo mais ou menos aqui. [...]. Às vezes, vem outras pessoas da família e alguns vizinhos que estão sempre aí, como dona Lourdes e a Ivone (Luiz Carlos).

A partir da entrada de Tia Neném nas atividades da pensão, a cozinha da Sacopã passou por transformações significativas. Anteriormente, Eva apenas aumentava a quantidade de comida preparada para a família. Tia Neném passou a cozinhar diretamente para os fregueses, que aumentaram a partir da década de 1970 com o início de uma nova etapa de obras na região, dessa vez para construir prédios. Ainda que inicialmente não gostasse muito de cozinhar, Tia Neném foi aos poucos tomando gosto pelo trabalho e aprimorando sua técnica. Sua culinária tornou-se popular no Rio de Janeiro, principalmente através da feijoada, um almoço musical ao som de samba até hoje realizado pelos Pinto.

Marinete mora em Campo Grande e ajuda na cozinha em dias de feijoada. Fonte: Relatório Antropológico Sacopã.

D. Lourdes, vizinha há décadas da família, também costuma colaborar. Fonte: Relatório Antropológico Sacopã.

Área de uso comum. Ao fundo, imagem de Tia Neném. Fonte: Relatório Antropológico Sacopã.

Aninha em dia de feijoada. Fonte: Relatório Antropológico Sacopã.

Tia Neném é uma referência fundamental para o grupo, foi "uma espécie de líder que sempre reuniu toda a família" e era muito conhecida dentro e fora da região da Lagoa. Alcançou espaço na mídia na década de 1980, período importante de divulgação da feijoada. Seu talento ímpar para música e culinária conquistou muitos admiradores que frequentavam a Sacopã, inclusive pessoas famosas como o cantor Tim Maia. "Neném" é um apelido carinhoso dado à Maria Laudelina durante sua infância e o termo "tia" foi incorporado por seu posterior envolvimento com o samba, tornando-se tia de todos os frequentadores do almoço musical. O gosto pela música vem também de seus pais: Manoel e Eva eram músicos e animavam as festas familiares da família ao som de cantos que aprenderam com seus antepassados. A feijoada tornou-se um importante veículo de divulgação da história de resistência da família Pinto à especulação imobiliária, através dela a família construiu importantes redes de relações.

Vida em comunidade

Até 2007, as 20 pessoas que habitavam no Quilombo Sacopã se dividiam em quatro casas e alguns quartinhos. Os demais parentes moravam em Campo Grande, Vilar dos Teles, Niterói e outros locais da região metropolitana. O casal Tina e Luiz tem um papel importante na formação dos jovens da comunidade, fazendo com que muitos

os considerem como pais, e os primos se tratem como irmãos. Além dos descendentes de Manoel e Eva, também moram no Quilombo Sacopã Bráulio e Francisca Eulália (Aninha), pessoas acolhidas por Dona Eva e que mantêm fortes laços com a família. As atitudes de amparo e acolhimento de Dona Eva são motivos de orgulho para os Pinto.

> [...] a gente mora aqui há tantos anos, eu moro há 40, mas Luiz mora há 65, Dona Eva... [...] Aí você olha nas novelas, essas coisas antigas, [...], você vê o quilombo mesmo, autêntico, você vê que é a mesma coisa que isso aqui. Você ficava ali, plantava suas coisinhas, [...], qualquer um que precisava corria para o quilombo, né? Um fugia, brigava com o marido, corria para o quilombo, então é o caso daqui. Eu não tenho onde morar, vou lá para a Dona Eva. Ficavam aqui o tempo que precisavam e tal. Então nunca foi esse lance de estender casas, mas sempre abrigou muita gente. Então o que é isso? É o quilombo (Tina).

> Quando eu nasci, segundo me contou minha mãe, vó Eva cuidava de mim. Antigamente, tinha esse negócio de parteira. Então chama-se vó de umbigo. A mãe do Sacopã foi minha vó de umbigo. Então, quando eu tinha uma cólica, me levavam aqui para vó Eva rezar. Aí passava. Eu tinha uma dor de dente que doía e vó Eva rezou e nunca mais o dente doeu. Outras coisas, como machucadinho. Então, eu aprendi muito com ela. [...] Até hoje eu tomo chá de alfavaca para gripe e dois dias depois já estou limpinho. Capim limão também tinha muito, até a Ana Maria plantou ali atrás. Arruda, pau d'alho para queimadura, saião para fígado, boldo. Essas coisas todas eu aprendi com ela (Bráulio).

Apesar das relações de solidariedade e acolhimento cultivadas, a construção de moradias no local sempre foi controlada pela família como forma de preservar as características do território, as árvores, animais e plantas importantes para o grupo. A "consciência ecológica" mantida em Sacopã é também uma marca da família e toda a área é cercada por árvores, algumas plantadas por Seu Manoel e outras possivelmente centenárias. O ambiente preservado existe graças ao seu esforço, para os Pinto conservar a natureza é também cuidar da família e de seu meio de vida.

> Aqui ninguém quer destruir para fazer casa, fazer essas coisas. A família cresceu muito pouco. Nunca teve o tipo de pensamento de fazer uma casa para alugar aqui, de cortar árvore, alugar vaga. Aqui, ninguém nunca destruiu nada. [...] O pessoal fala que a gente está destruindo, mas o único lugar que foi preservado foi isso aqui. Mas se a gente sair daqui, vai virar concreto e ferro. [...] Na nossa infância a gente teve esse contato com a terra, a gente tinha hortas aqui. Meus avós passaram isso para gente. Meu avô tinha uma lucidez ecológica que, na ignorância dele, era interessante passar aquelas coisas para a gente. [...] (Carlinhos).

Não à toa a família é conhecida como Sacopã, os Pinto mantêm laços de pertencimento com o território e a região. Boa parte das relações de trabalho do grupo foi estabelecida nas redondezas, trabalhando com comércio, como motoristas, taxistas e empregados domésticos das famílias vizinhas. A maior parte das suas atividades eram realizadas ali, o futebol, o vôlei, o remo, a igreja e a escola. Alguns moradores do bairro costumam usar o nome Sacopã para se referir aos membros da família, como é o caso de Luiz Sacopã.

Quilombo Sacopã. Fonte: Relatório Antropológico Sacopã.

Curva da Rua Sacopã nomeada “Curva da Eva” por antigos moradores da Lagoa, em reconhecimento à matriarca. Fonte: Relatório Antropológico Sacopã.

Família Pinto às margens da Lagoa. Fonte: acervo familiar, Relatório Antropológico.

História de resistência negra

Durante o período colonial, a região da Lagoa Rodrigo de Freitas era destinada principalmente a instalações de engenhos de açúcar baseados na mão de obra escravizada negra. Na primeira metade do século 19, o Rio de Janeiro era a maior cidade da América em número de escravizados africanos. Durante a segunda metade do mesmo século, a região da Lagoa atraiu um grande número de escravizados para o trabalho e residências nas fábricas, como na Fabrica de Pólvora e Fundição de Artilharia da Marinha e Exército, que precisava se localizar em um lugar não povoado e sem a presença de não-escravizados. O local atraiu famílias sem moradia, que se fixavam em condições insalubres às margens da Lagoa. Posteriormente a esse processo de ocupação, a região também foi desmembrada em lotes para a construção de chácaras para a aristocracia, por ser considerada uma área aprazível. Iniciou-se então um processo de transformação de área rural/industrial, passando a integrar a zona urbana em 1938.

A história do Quilombo Sacopã no bairro da Lagoa tem início em 1929 quando Manoel Pinto Jr., descendente de escravizados, migra para o Rio de Janeiro à procura de trabalho. Antes de se mudar para a cidade, Manoel e Eva costumavam migrar muito para tentar trabalho em fazendas e chegaram a passar fome. Foi assim que a família chegou em Nova Friburgo, onde Eva começou a realizar serviços domésticos para pessoas ricas. Manoel conseguiu apenas

D. Eva Manoela da Cruz e Seu Manoel Pinto Jr. Fonte: acervo familiar, Relatório Antropológico.

Família Pinto. Fonte: acervo familiar, Relatório Antropológico.

trabalhos com condições precárias e decidiu tentar a sorte no Rio de Janeiro, dirigindo-se para a região da Lagoa, onde já moravam seus pais e outras comunidades negras. No período, com cinco filhos para criar, Eva permaneceu em Nova Friburgo, pois estava empregada. Eva mudou-se com a família para o Rio de Janeiro em 1939, quando Manoel possuía um emprego e já estava estabelecido.

Quando chegou à região da Lagoa, Manoel se deparou com um bairro muito diferente do que é atualmente. A Rua Sacopã e muitas outras não existiam, havendo apenas aquelas principais, como a Epitácio Pessoa e a Fonte da Saudade. Havia algumas casas, poucos habitantes, muitos terrenos baldios e mato. Assim que chegou à cidade, Manoel foi trabalhar para os Darke de Matos, abastada família proprietária de boa parte da extensão de terras que formam o bairro da Lagoa, e fixou moradia na área da atual Rua Sacopã. As primeiras casas construídas pela família Pinto eram de *estuque* (barro misturado com bambu) e havia pequenos barracos feitos com pedaços de madeira e telhado de zinco.

No início do século 20, o Rio de Janeiro passou por muitas mudanças em seu desenho urbano, impulsionadas pela abertura de novas vias de acesso e pelo desenvolvimento do bonde, contribuindo para o crescimento acelerado da cidade em direção à Zona Sul. Áreas antes inacessíveis foram incorporadas com a implantação e ampliação dos meios de transporte de massa, resultando na valorização de terras em algumas regiões. Essas novas áreas atraíam particularmente as classes ricas, para as quais o custo do transporte não era problema. O bairro da Lagoa abrigava principalmente a classe operária, mas devido à sua localização e beleza natural passou a ser destinado às classes mais altas, vivenciando nesse período um intenso processo de valorização com várias obras de saneamento e embelezamento.

Com a expansão urbana e valorização dos terrenos na Lagoa durante a década de 1930, a família Darke formou uma construtora com o objetivo de abrir ruas no bairro. Manoel, que até então trabalhava na casa da família, passou a trabalhar na

abertura dessas ruas, inclusive da Rua Sacopã em 1939. Foi quando Eva decidiu abrir a pensão para complemento da renda familiar. Nas décadas de 1940 e 1950, começaram a surgir casas de políticos importantes no local, a exemplo da família do governador do Estado da Guanabara (1970-1975) Antônio Chagas Freitas, para quem a família Pinto trabalhou durante anos. Na década de 1960, Seu Édimo e Luiz, quilombolas de Sacopã, trabalharam na construção do túnel Rebouças, que ligaria a Zona Sul à Zona Norte.

> A gente sempre arrumava um "servicinho" para sobreviver. Eu, quando cheguei aqui com 10 anos, logo comecei a trabalhar, fazendo recado, fazendo faxina. Limpava, varria jardim. Morava muito pouca gente aqui. Essa lagoa cresceu muito depressa, de uma hora para outra. Tanto é que casas de boas condições, com 30, 40 anos, foram demolidas para fazer prédio. Aí começaram a fazer prédios. A maioria é de prédios novos e não chegam a ter 50 anos. Não tinha quase rua nenhuma, só as ruas principais e algumas transversais. (Seu Édimo).

Com o aumento da especulação imobiliária na região e o crescente interesse das classes altas na Lagoa, principalmente para a construção de prédios e condomínios de luxo, aprofundou-se nos anos 60 e 70 um processo de remoção das classes baixas e negras do local. A família Pinto assistiu à remoção das favelas da Catacumba, Cantagalo, Praia do Pinto e Macedo Sobrinho e percebeu que sua estadia na Sacopã estava ameaçada.

> Quando começaram as remoções das favelas da zona sul nos anos 60, eu senti que eles iam chegar aqui. Eu pensava o seguinte: eles estão tirando as favelas, estão removendo as favelas

Seu Édimo. Fonte: Relatório Antropológico Sacopã.

> com milhares de moradores e nós estamos aqui em uma área privilegiada, que nunca teve devastação porque a gente sempre conservou. São 32.000 m². [...] Imagina pegar uma área como essa aqui. Então, temos que tomar uma providência, porque eles vão atacar a gente. E não deu outra. Quando chegou nos anos 1970, eles começaram a entrar com construção dentro da área que nos pertencia. Então procurei um advogado e entrei com o processo de usucapião (Luiz Sacopã).

Os Pinto decidiram entrar com um processo de usucapião, aberto em 1975, e que durou mais de 30 anos. Essas décadas foram marcadas por uma intensificação da ocupação na Rua Sacopã e agravamento dos conflitos pela posse do terreno, com uma supervalorização das terras. Dos 32.000 m² pertencentes à família, 14.000 m² foram invadidos para a construção e ampliação de condomínios na década de 1970. A família Pinto nunca deixou de cultivar a terra e manter alternativas de renda, pois os salários não eram suficientes. A partir da década de 1980, os moradores passaram a receber uma quantidade crescente de ordens judiciais, exigindo a interrupção de atividades tradicionais e outras fundamentais para a manutenção da família, como a proibição de criação de animais, manutenção de pequenos roçados e o fechamento da oficina mecânica que possuíam. O grupo teve muitas das nascentes e fontes de água que utilizavam "tapadas" pelos condomínios e prédios, só conseguindo água encanada em 1987.

> Por fim, a pressão chegou à nossa sustentabilidade, nosso meio de vida, ou seja, tínhamos uma oficina mecânica que já funcionava há 30 anos aproximadamente, que veio do tempo do meu irmão mais velho. Aí, eles foram na justiça e rebocaram os carros de nossos clientes e nossos carros que estavam aqui. Interditaram nossa oficina e deixaram um talonário de multas, coisa assim desproporcional que não há condições de pensarmos em pagar. Depois, voltaram e acabaram com os nossos animais. A Secretaria de Saúde alegou que essa era uma área residencial que não comportava a criação desses animais. [...] Por fim, a última coisa que nós tínhamos era a nossa cultura, um pagode que foi muito comentado na época, que era o pagode Sacopã,

onde vinha gente de todos os segmentos da sociedade (...) Mas, estamos resistindo (Luiz Sacopã).

Tais restrições se estendem às atividades da pensão, tendo sido proibida de modo sucessivo a comercialização de comida e até mesmo a realização da feijoada, sob o argumento de não respeitarem o zoneamento urbano, mesmo havendo outros estabelecimentos comerciais na região. Devido a uma decisão judicial, a cozinha da Sacopã, que atende uma pequena clientela há mais de 50 anos, não pode mais servir as marmitas no local. Ao longo desse tempo, enquanto corria o processo de usucapião, a família recebeu duas ordens de despejo, conseguindo evitá-las com liminares. Os Pinto presenciaram a remoção de outras famílias na Lagoa e seguiram lutando pelo seu direito de permanecer na Sacopã.

Nosso interesse não é comercial, de desmembrar, fazer terreno e vender. Eles [os condomínios vizinhos e as imobiliárias] pensam pelo lado material, fazem uma conta e pensam 'poxa, aqui cabem 10 prédios'. Mas nós não pensamos assim. A gente quer viver em paz. Queremos fazer nossos cultos, exercer nossa cultura, a nossa música, a feijoada. E o pior dessa luta é o desgaste emocional e de saúde..." (Luiz Sacopã).

Orgulho de ser quilombo

As imobiliárias já haviam planejado, com plantas e maquetes, a ocupação do local habitado pela família. Devido à lentidão no andamento do processo de usucapião, o conflito se agravou e se tornou público por meio de diferentes reportagens e notícias na imprensa carioca. A feijoada foi um importante meio para a divulgação da história de resistência dos Pinto à especulação imobiliária.

Com a intensificação das ameaças, na década de 1990, Luiz resolveu requerer a certificação de sua família como quilombola na Fundação Cultural Palmares. A família obteve essa certificação em 2004 e conseguiu novamente impedir a remoção. Na década de 2000, foi

Luis Sacopã reúne hoje cantores negros para protestar

Clã negro não sai da Lagoa

Oferta de 1 milhão de dólares recusada

Uma comunidade negra ocupa há 62 anos uma área verde com 23 mil metros quadrados na Ladeira do Sacopã, 250, com vista para a Lagoa Rodrigo de Freitas e o Cristo Redentor. O clã da família de

da e Lagoa) ganharam liminar na Justiça que impediu o funcionamento da pensão, do pagode e da oficina, sob a alegação de que o local é exclusivamente residencial e que o barulho do samba incomoda a vizi-

Jornal O Globo, 28 de abril de 1986.
Fonte: Relatório Antropológico Sacopã.

criado o Parque Municipal José Guilherme Merquior em parte do território familiar, impondo mais uma série de limitações quanto ao uso do espaço (MAIA, 2010). A placa no portão do Quilombo Sacopã com o art. 68 do ADCT evidencia a luta dos Pinto por seus direitos.

> Por uma questão moral, eu quero que se descubra que minha família está aqui muito antes deles que se dizem donos. Não tinha nada aí, era galpão de obra, meu pai conhecia porque trabalhava na obra, era encarregado (Luiz).

Hoje a família reivindica 18.000 m², embora o tamanho original do seu território seja 32.000m², pois não acredita ser possível a reapropriação da área invadida e enormemente descaracterizada em relação ao meio ambiente. O reconhecimento do território ocupado na Sacopã é essencial para os Pinto, pois mesmo tendo controlado suas fronteiras ao longo do tempo, já não é possível manter esse controle sem uma documentação legal do terreno.

A família considera como evidência de sua relação com o território os comprovantes de pagamento de tarifas de água, energia, IPTU, a autorização para transmissão radiofônica emitida no Governo Getúlio Vargas e os testemunhos de antigos habitantes da Lagoa prestados no processo de usucapião nos anos 1980.

Além disso, para os Pinto sua relação com a região da Lagoa é ainda anterior à chegada de Manoel Jr. e Eva no Rio de Janeiro e data do final do século 19, com a chegada dos pais de Manoel Jr. de Nova Friburgo para a região. A família acredita na possibilidade

de seus avós terem sido escravizados fugidos à procura de liberdade nos morros da Lagoa, ocupados nessa época por outras comunidades negras e quilombos. Há informações de que o maior número de escravizados capturados no Rio de Janeiro escondera-se na Lagoa. Nos limites do território familiar há uma caverna e as especulações são de que a área tenha sido utilizada no passado pelos fugitivos, incluindo os pais de Manoel.

A trajetória de resistência vivida pelos Pinto é associada à ideia de luta no presente e ao passado de escravidão na Lagoa. É comum entre os membros do Quilombo Sacopã o sentimento de pertença a uma mesma raça e a afirmação de sua identidade negra e quilombola.

> Explico aos meus filhos a diferença entre raça e cor. Falo com a Ana "os meninos devem saber a diferença entre raça e cor". Nós somos negros, mestiços. Eu não gosto de gueto, nosso pagode, por exemplo, não é reduto (...). Valorizo a mistura, mas sei que sou negro. Quem mora na favela talvez não saiba o que é preconceito de cor, porque as pessoas que moram lá são iguais. Mas, aqui na Lagoa, é diferente. Aqui você sabe que é negro (Márcio).

Atualmente, através da Associação Cultural do Quilombo Sacopã, os Pinto permanecem engajados na luta quilombola. Eles vêm realizando seminários, festas e anseiam retomar a sua tradicional feijoada e Roda de Samba, suspensa nos últimos anos. O valor atribuído à resistência, uma marca do quilombo, dá sentido à luta da família Pinto frente à especulação imobiliária e pelo reconhecimento de seus direitos territoriais. A resistência às inúmeras tentativas de expulsão é motivo de orgulho para os familiares, que reafirmam o valor de suas tradições e de sua história.

Esta narrativa foi escrita por Maria Letícia de Alvarenga Carvalho a partir do Relatório Antropológico: A Família Pinto e as Políticas de Reconhecimento do Estado Brasileiro, realizado em 2007 pela Antropóloga Mirian Alves, pela geógrafa Renata Neder e coordenado pela antropóloga Eliane Cantarino O'Dwyer. Assistentes de pesquisa: Juliana Latini, Marcos Dominguez e Vanessa Teles. Informações complementares de P.M. C. MAIA, Quilombo Sacopã: Uma História de Resistência. V Encontro Nacional da Anppas. Florianópolis, 2010.

Uma palavra da comunidade

Sacopã

Há quase cem anos resistimos e vivemos nossa cultura e vida comunitária no centro do Rio de Janeiro, de frente para a Lagoa Rodrigo de Freitas e para o Cristo Redentor. Buscamos a valorização da cultura negra e quilombola afirmando nossas tradições e festas como a feijoada, o jongo e a capoeira. Ao longo da história sofremos com a perseguição racial e com a especulação imobiliária daqueles que desejam comercializar as nossas terras.

Recentemente estamos sofrendo interdições do Judiciário na manifestação cultural do jongo e da feijoada, inclusive com ameaça de prisão e perseguição das lideranças, mas seguimos com nossas atividades e estamos lutando pela liberdade e pelo direito de manifestar a nossa cultura. Há cem anos estamos aqui e sempre foi assim. A conquista do território melhorou a nossa condição, pois viram que não podem comercializar as terras.

As principais conquistas que tivemos até hoje, portanto, foram o avanço administrativo no processo de regulamentação fundiária pelo Incra. O nosso maior sonho? É a finalização do nosso processo com a entrega da titulação. Aguardamos também a desafetação das terras do parque Guilherme Merchior para o Quilombo. O parque foi instituído em 2010, nós estamos aqui há um século.

As nossas maiores necessidades são projetos para captação de recursos já que não temos liberdade judicial para produzir internamente nas terras, pois desde a interdição de 1984 não se produz ou gera qualquer renda constante para a família, em especial para os mais velhos, que não trabalham fora.

Na comunidade oferecemos cursos gratuitos de capoeira para crianças e dança de salão para as comunidades vizinhas, como a Cantagalo. Isso faz parte da nossa tradição. Futuramente pensamos em melhorar as alternativas de renda da comunidade e sustentar

nossa vida coletiva com essas atividades. Estamos esperançosos com a possibilidade de nos transformarmos em Ponto de Cultura ou mesmo de voltar a fazer a nossa feijoada. Queremos também expandir e introduzir mais nossa cultura para a classe média e nas escolas como está previsto na Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira.

Quadro de notícias, fotos e informes sobre a resistência secular da família Pinto, área central do quilombo. Fonte: Relatório Antropológico Sacopã.

Família Pinto. Fonte: Revista Época, 2004, Relatório Antropológico Sacopã.

Terras de Quilombos

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Wallace Santos, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques, Alexandre Sampaio
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Cláudia Marques Oliveira, Isabella G. Miranda, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Matins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

C331qu Carvalho, Maria Letícia de Alvarenga
Quilombo Sacopã / Maria Letícia de Alvarenga Carvalho.
- Belo Horizonte :FAFICH, 2015.

16 p. (Terras de quilombos)
Baseado no Relatório antropológico A família Pinto e as políticas de reconhecimento do estado brasileiro de Mirian Alves e Renata Neder.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3.Souza, Mirian Alves. A família Pinto e as políticas de reconhecimento do estado brasileiro. 4. Farina, Renata Neder. A família Pinto e as políticas de reconhecimento do estado brasileiro. I. Título. II. Série.

CDD:306
CDU:39

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO
Coordenadora do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS
Coordenação Geral de Políticas para
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN
Presidenta do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO
Diretor de Ordenamento da
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico
Superintendências nos estados

A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconcepções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG NuQ CERBRÁS CES - AL
Quilombolas INCRA CGCPT nead Ministério do Desenvolvimento Agrário GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA